



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO,
E INTERIORIZAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DO CURSO EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

MACAPÁ-AP
2005

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU)

Associação dos Povos Indígenas Waiãpi - Triângulo Amapari (APIWATA)

Associação Indígena Galibi Marworno (AGM)

Conselho da Aldeias Waiãpi (APINA)

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Instituto de Pesquisas e Formação em Educação Indígena (IEPÉ)

Organização dos Professores Indígenas do Município do Oiapoque (OPIMO)

Secretaria de Estado de Educação do Amapá - SEED /Amapá

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

COMPOSIÇÃO DO GT PORTARIA Nº859 / UNIFAP, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003, REFERENTE AO ACESSO DE INDÍGENAS AO ENSINO SUPERIOR

Sandra do Socorro Almeida Monteiro – Presidente – UNIFAP

Simoni Maria Benício Valadares – Suplente –UNIFAP

Luiz Otávio Pinheiro da Cunha – Membro Titular FUNAI/Brasília

Neide Martins Siqueira – Membro Suplente –FUNAI/Brasília

Maria Sely Pereira Rodrigues – Membro Titular - FUNAI/Macapá

Coaraci Maciel Gabriel- Membro Titular- FUNAI/Oiapoque

Eclêmilda Maciel Silva - Membro Titular - SEED/Amapá/NEI

Karla Regina Damasceno e Silva- Membro Suplente-SEED/Amapá

Carlos Nilson da Coata - Membro Titular- Conselho Estadual de Educação

Iraguacema Lima Maciel - Membro Suplente- Conselho Estadual de Educação

Vereador Estácio dos Santos - Membro Titular- Câmara de Vereadores de Oiapoque

Vereador Zildo Felício – Membro Suplente – Câmara de Vereadores do Oiapoque

Calbi Amazonas de Souza - Membro Titular – APIWATA

Paturi Waiãpi – Membro Suplente - APIWATA

Kaitona Waiãpi - Membro Titular - APINA

Lúcia Szmrecsányi - Membro Titular - IEPÉ

Elizabete dos Santos Pisa - Membro Titular - Comissão de Professores Indígenas

Francisca dos Santos Pisa - Membro Suplente - Comissão de Professores Indígenas

João Neves Silva – Membro Titular - AGM

Paulo Roberto Silva - Membro Suplente - AGM

Ariné Waiana Apalai - Membro Titular - APITU

Pedro Aparahi Lima - Membro Suplente - APITU

Mônica Cristina da Silva Dias – Membro Titular – FUNASA

Mauro Robson Almeida Xavier – Membro Suplente - FUNASA

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
1. Introdução.....	08
2. Justificativa.....	15
3. Objetivo.....	21
4. Campo de trabalho.....	23
5. Matriz curricular.....	27
6. Apresentação das matrizes conceituais.....	42
7. Processo de avaliação.....	75
8. Conclusões.....	77
Bibliografia.....	79

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta de forma sucinta a proposta pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena, a qual tem como propósito assegurar a formação de professores indígenas para a Educação Básica, prioritariamente das escolas indígenas do Amapá e Norte do Pará. Constam da proposta os objetivos, justificativa, princípios e fundamentos pedagógicos, perfil e organização do currículo, carga horária, assim como os temas contextuais e as atividades a serem desenvolvidas por meio do Curso.

A proposta é resultado das discussões desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional Portaria n.º 859/UNIFAP, de 26 de novembro de 2003, que foi criado com o propósito de discutir e propor medidas que garantam o acesso de indígenas ao ensino superior, processo desenvolvido a partir de abril 2003 até dezembro de 2005.

Ao final desse processo, optou-se pela dissolução do GT e a criação, em seu lugar, de um núcleo a funcionar como instância gestora no âmbito da UNIFAP, para dar continuidade aos trabalhos do GT e assegurar a implementação do Curso de Licenciatura ora proposto, bem como promover medidas que visem à ampliação da relação da Universidade com os povos indígenas, a partir do comprometimento com as suas questões e problemas.

As ações a serem desenvolvidas pelo mencionado Núcleo, exigirá uma ampla mobilização dos indígenas e da Universidade, com o apoio das diferentes instituições, indígenas e não-indígenas, inseridas no contexto nacional e no Estado do Amapá. Assim, sugere-se que a base do funcionamento do Núcleo esteja em uma gestão participativa, em que a sua coordenação seja assessorada por um conselho interinstitucional.

Existem experiências em andamento de cursos específicos para formar professores indígenas no Mato Grosso e Roraima, enquanto no Amazonas, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul estão por ser implementados novos cursos. Estas experiências em andamento e em fase de implementação são resultado de um processo amplo e gradual de mudanças da questão indígena, tanto fruto da crescente organização política dos povos indígenas, que possibilitou a ampliação de suas reivindicações no campo educacional, como resultado dos direitos assegurados no texto da Constituição Federal de 1988.

1. INTRODUÇÃO

O primeiro grupo de estudantes indígenas, no estado do Amapá, a cursar o Ensino Médio realizado nas próprias aldeias (Sistema Modular de Ensino, com um ensino não específico para os povos indígenas) tentou o ingresso na universidade, no vestibular de 2002, não obtendo o coeficiente exigido para aprovação. Como mesmo frisou um dos estudantes da aldeia Kumarumã:

“[...] a concorrência é grande e os estudantes de Macapá estão muito mais preparados que a gente, pois fizeram cursinho e conhecem o vestibular, **MUITO DIFERENTE DE NÓS**, que terminamos o segundo grau, através do sistema modular” (FOLHA DO AMAPÁ, ANO 11, NÚMERO 205, 2002, grifo nosso).

A demanda de estudantes indígenas é crescente, considerando-se que novas turmas estão sendo formadas no Ensino Modular em diferentes aldeias (Reserva Indígena do Uaçá), no município de Oiapoque. Também há os casos de pessoas de outras aldeias que possuem formação em nível médio, concluído fora de suas áreas indígenas, no estado do Amapá e ainda fora deste estado. Além de professores indígenas que estão em Programas de Formação Específica em Magistério Indígena, como o PFMI-Turé.

A situação vivenciada pelos membros indígenas, levada ao conhecimento dos órgãos competentes, fez com que os mesmos se posicionassem e solicitassem da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP respostas para a questão do ensino superior para os povos indígenas.

Foram realizadas reuniões de articulação nas cidades de Macapá, Oiapoque e ainda nas aldeias indígenas, para discussão da temática Educação Superior Indígena, envolvendo as seguintes instituições: FUNAI de Brasília, representada pela Consultora Profa.

Marlinda Patrício; FUNAI de Macapá, representada pelo Administrador Sr. Mouzar Borges e a Chefe do Setor de Educação, Prof. Maria Sely Rodrigues; FUNAI de Oiapoque, representada pelo Administrador Sr. Domingos Santa Rosa e a Chefe do Setor de Educação, Profa. Lucília Lod; Associação dos Povos Indígenas do Parque Indígena do Tumucumaque-APITU, representada pelo Presidente, Sr. Ariné Apalaí e membro Sr. Juventino P. Júnior (Kaxuyana); Conselho das Aldeias Wayãpi, representado pelo Presidente, Sr. Kaitona Waiãpi; Conselho Escolar Waiana-Apalai, representado pela Presidente Profa. Elizabete dos Santos Pisa; Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque-APIO, representado por Robersoni Aniká; Câmara dos Vereadores do Oiapoque, representado por Estácio dos Santos; Representação dos Professores Indígenas, representado pelo prof. Walter Vasconcelos dos Santos; Núcleo de Educação Indígena, representado pela professora Patrícia Borges; Conselho Estadual de Educação – CEE, representado pela Professora e Linguísta Iraguacema Lima Maciel e Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, profa. Simoni Maria Benício Valadares.

As demandas dos povos indígenas foram apresentadas a UNIFAP, realizando-se posteriormente a primeira reunião naquela Instituição para discussão do acesso superior indígena, em abril de 2002, com os então Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e Ensino da Graduação, respectivamente, professores José Maria da Silva e João Nascimento Borges Filho.

Na segunda reunião, reconheceu-se a demanda existente, tanto em nível de formação dos professores em nível superior, quanto nas outras áreas do conhecimento. As lideranças presentes na reunião, bem como os representantes das organizações indígenas e

não indígenas, sugeriram a criação imediata de um Grupo de Trabalho que pudesse fomentar as discussões das ações voltadas ao acesso superior indígena.

As reivindicações das sociedades indígenas foram feitas através dos professores indígenas e ainda de suas próprias organizações, em reuniões interinstitucionais, formalizadas nos documentos anexos no Memorando nº 515/STE/SEAS/AER/AERMCP, de 14 de outubro de 2002, que foi enviado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Brasília. Nesse documento, são solicitadas pelas organizações indígenas a **(1)** realização do Magistério Indígena no Amapá e também o **(2)** Ensino Superior Indígena.

Na terceira reunião discutiu-se: (1) a formação superior (sistema de cotas, magistério superior e cursos específicos); (2) a necessidade da criação do Grupo de Trabalho e sua composição.

Reconheceu-se, portanto, a necessidade institucionalizar na UNIFAP o Grupo de Trabalho (GT) para discutir o acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. Face à importância de somar esforços, decidiu-se por uma composição do GT que fosse interinstitucional, envolvendo órgãos ou instituições com legitimidade quanto ao desenvolvimento de atividades na temática. Desse modo, foram indicados os membros titulares e suplentes para a composição do referido GT.

Através da Portaria nº. 859/2003, de 26 de novembro de 2003, expedida pelo reitor em exercício João Nascimento Borges Filho, foi institucionalizado o GT, tendo cumprido uma agenda de cinco (05) reuniões, realizadas nas dependências da UNIFAP, contando com a presença dos membros das instituições componentes.

Assim, o GT ficou composto pelas seguintes entidades: Universidade Federal do Amapá, Núcleo de Educação Indígena – NEI/SEED, FUNAI-Brasília, FUNAI-Oiapoque, FUNAI-Macapá, Associação Galibi-Marworno – AGM, Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque - APIO, Conselho das Aldeias Waiãpi - APINA, Associação dos Povos Indígena Waiãpi Triângulo do Amapari - APIWATA, Associação dos Povos Indígenas do Parque do Tumucumaque - APITU, Centro de Cultura Wayana-Apalai, Instituto de Pesquisa e Formação - IEPÉ, Conselho Estadual de Educação - CEE, Comissão Nacional de Professores Indígenas -CNPI, Divisão de Ensino Médio - DIEM, Câmara de Vereadores de Oiapoque, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

As principais questões levantadas em diferentes momentos das reuniões realizadas foram as seguintes: (1) dificuldade para prosseguir os estudos quando do término do Ensino Médio no que se refere ao deslocamento e ainda a falta de apoio para manutenção na cidade. Somado isso, ao fato de serem casados e terem famílias nas aldeias; (2) as questões educacionais são reivindicações das próprias comunidades indígenas; (3) necessidade de haver discussões para que se possa dar encaminhamento às questões; (4) os participantes (lideranças) indígenas se deslocam de longe para poder discutir a questão e que essas questões constituem uma luta grande dos povos indígenas; (5) as lideranças indígenas estão nessa luta há tempo, tendo participado de decisões importantes para a criação, como, por exemplo, do Núcleo de Educação Indígena - NEI/SEED, do Ensino Médio em áreas indígenas e ainda do projeto específico de formação em magistério indígena como o Turé; (6) já está sendo pleiteada a criação do Núcleo na UNIFAP responsável pelas ações de Educação superior dos povos indígenas e ainda as vagas destinadas aos índios para cursar

uma educação superior; e (7) demanda crescente de professores indígenas em serviço para formação média superior.

Durante as reuniões realizadas no decorrer do ano de 2004 foram definidas as seguintes metas para que fosse assegurada a implementação de uma política de acesso e permanência de indígenas na UNIFAP: (1) Levantar as demandas de formação superior (cursos, vagas e etc.); (2) elaborar uma proposta do curso específico para tramitar na UNIFAP; (3) buscar forma de captar recursos; (4) definir e implementar a capacitação e formação dos professores formadores; (5) propor à Pró-Reitoria de Graduação a criação do Núcleo ligado diretamente a esta Pró-Reitoria; (6) formulação de projetos político-pedagógicos; (7) fazer circular sistematicamente as informações das discussões do GT nas diferentes instituições parceiras; (8) definir um espaço físico para funcionar o GT de forma permanente; (9) encaminhar solicitações de cotas (ou sistema de vagas especiais); e (10) solicitar a criação de um fundo de apoio para a formação continuada do ensino fundamental, médio e superior para o Governo do Estado.

Discutiu-se a necessidade de formação de membros indígenas para atender uma demanda crescente, tanto na área da educação quanto na da saúde. Reconhece-se, de acordo com as informações levantadas há uma demanda de professores com formação superior, para atender às exigências da Resolução 03/99, que trata da formação dos professores indígenas, de cuja especificidade reveste-se o seu próprio processo de formação. Há uma demanda em todas as aldeias indígenas para atender à escolarização específica, em conformidade com a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, de acordo com os princípios de multietnicidade, pluralidade e diversidade; educação e conhecimentos

indígenas; autodeterminação; comunidade educativa indígena; educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada (comunitária; intercultural; bilíngüe/multilíngüe; específica e diferenciada). (Cf. MEC/RCNEI, 1998).

Entendeu-se que para os povos indígenas obterem sua autodeterminação e tratar das questões que lhes digam respeito - sejam as de natureza socioeconômica, sociocultural, lingüística, de meio ambiente, de saúde e de educação, precisam de uma equipe de diversos profissionais indígenas, pois estes têm um papel importante na luta pela "perpetuação de suas culturas e territórios". Há relatos de diversos indígenas sobre a dificuldade de avançar em discussões em vários temas como, por exemplo, a cultura do "branco", por não terem um próprio indígena com formação na área específica do conhecimento. *"Daí a necessidade de termos advogados, biólogos, geógrafos, enfermeiros, médicos, sociólogos, antropólogos, médicos e outros profissionais nas nossas aldeias em defesa do povo indígena"., salienta um indígena em das reuniões*

Foi dada prioridade ao professor indígena nas discussões sobre acesso ao ensino superior devido a importância que se acredita ter a Educação Básica para a autodeterminação dos povos indígenas. Por este ponto de vista os professores indígenas devem ter uma formação que valorize a pluralidade étnica e cultural, bem como os capacite para implementar propostas curriculares específicas para cada povo, comunidade ou escola.

Assim, a formação dos professores deve ser específica e diferenciada também em nível superior, ou seja, cursos específicos para a formação de profissionais da educação para atuar nas últimas séries (5^a à 8^a) do ensino fundamental e no ensino médio, como uma graduação em educação intercultural com habilitações que atendam as diferentes áreas de

conhecimento desses níveis de ensino. E, ainda, a formação de profissionais que, além do ensino, possam atuar nas diferentes áreas da gestão da educação, inclusive na área organizacional.

Como é bem reconhecido, os professores indígenas, mesmo que não tenham todos passados por uma formação convencional em magistério, detém inegável domínio de conhecimentos que são próprios da sua cultura e de níveis de bilingüismo que mantêm diferenças entre os que dominam somente a língua própria, tendo pouco conhecimento da língua portuguesa, enquanto outros detêm alto nível bilingüismo dominante em língua portuguesa. E, por outro lado, os professores não-indígenas, mesmo com formação em magistério ou até mesmo com nível superior, não possuem conhecimentos sobre os povos indígenas, o que provoca distorções no processo escolar do grupo ou até constitui impedimento ao processo de educação intercultural (Cf. MEC/RCNEI, 1998).

2. JUSTIFICATIVA

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por alguns fatores novos, tanto no plano internacional quanto interno. Entre os primeiros, vale citar uma nova consciência em face da questão ecológica; a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, vinculado ao conceito de etnodesenvolvimento; bem como a redefinição das responsabilidades em nível mundial, levando à redefinição das prioridades, metas e princípios dos programas de cooperação internacional, pautados agora no conjunto integrado dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

No contexto interno brasileiro, cabe citar a consolidação no plano jurídico-institucional de um novo conceito de nação, que resulta do reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira, com o conseqüente reconhecimento dos padrões sócio-organizativos das sociedades indígenas, inclusive de seus territórios.

A partir dos avanços verificados na legislação e no crescente reconhecimento da diversidade sociocultural, seja no plano internacional ou em âmbito interno, é de se esperar que a política de educação escolar indígena possa abrir-se e saber valer-se das novas perspectivas que se têm apresentado. Neste contexto se inserem as iniciativas para a execução de projetos destinados à capacitação dos indígenas, incluindo a preparação para atuarem no âmbito da questão indígena, as quais são reflexos de mudanças profundas que vêm ocorrendo no âmbito da política indigenista adotada no País.

Tais transformações vêm ganhando corpo desde a aprovação da Constituição de 1988, que proporcionou o afastamento da política assimilacionista que caracterizava a relação Estado/povos indígenas até então, tornando possível, por exemplo, o

reconhecimento crescente dos territórios tradicionais indígenas, de sua diversidade cultural e de seus padrões político-organizativos, mas principalmente permitindo que os indígenas passem a ocupar um papel ativo em relação às políticas a eles destinadas.

O princípio do Estado pluralista tem base tanto constitucional como no direito internacional, neste último caso por meio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, na qual se reconhece os povos indígenas, prevendo-se inclusive a participação destes no processo de definição e implementação de todas as políticas a eles destinadas.

Para que tais direitos sejam de fato garantidos há, no entanto, a necessidade de ser fortalecido o projeto de autonomia desses povos em questão, no qual a educação intercultural tem um importante papel. A educação intercultural tem amparo em diferentes contextos da Constituição – por exemplo, no capítulo dos índios, está assegurada por meio do reconhecimento da diversidade sociocultural e lingüística, na sua afirmação e manutenção. No capítulo da educação, tem base no princípio norteador do ensino escolar nacional denominado *pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas*, o qual está presente também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação.

O reconhecimento dos indígenas e, o conseqüente reconhecimento de uma nação plural, implica em também se reconhecer uma nova concepção de educação, que implica a possibilidade da construção de especificidades pedagógicas em seu sentido mais amplo. Estas especificidades deverão incluir as concepções e práticas pedagógicas em sala de aula, mas também os demais aspectos da educação, inclusive aquele referente ao campo organizacional, fundamental para assegurar perspectiva intercultural: participação dos

índios e de suas comunidades nas propostas curriculares, comunidades indígenas e o controle social nos sistemas de ensinos, gestão e financiamento dos cursos de formação de professores indígenas, os diferentes modelos de organização e funcionamento das escolas indígenas, a inclusão da categoria professor indígena nos planos de carreira das secretarias de educação / concursos para o ingresso destes professores nos quadros destas secretarias etc.

A questão da formação / capacitação de professores indígenas tem um papel relevante no processo de implementação da educação intercultural, pois se constitui no meio de garantir o quadro docente das escolas indígenas, bem como dos quadros técnicos que assessorarão os povos, comunidades e organizações indígenas, na definição de políticas de educação que atendam suas especificidades e projetos societários. Sem empreendimentos de formação/capacitação se limita seriamente o sucesso das iniciativas indígenas, na educação e em outras áreas, por não se viabilizar a capacitação técnica para gerenciamento e execução dos seus projetos.

Neste quadro é que se insere esta proposta de Curso, cuja construção pretende ser parte da construção do conjunto de possibilidades que prevê a política de educação intercultural, como está garantido em lei, ou seja, a construção de pedagogias específicas, pensadas como uma transversalidade importante no desenho curricular, partindo da realidade e do conhecimento do professor indígena, das diversas experiências e da realidade vivida por eles, suas comunidades e povos.

As experiências de formação de quadros de professores indígenas em andamento, que estão acontecendo em diferentes regiões do país, apenas agora estão colhendo algum

resultado, existindo ainda muitos estados em que este processo sequer começou. Dentre os que já o iniciaram, apenas uns poucos já concluíram a fase correspondente ao ensino Médio e, os que o concluíram, ainda não passaram por um processo externo de avaliação.

A proposta de licenciatura específica para professores indígenas está amparada na Constituição Federal, que estabelece um novo quadro de relações do Estado com os povos indígenas, reconhecendo-lhes o direito de sua organização, de sua manifestação lingüística e cultural e de seu modo de viver segundo os seus próprios projetos societários. Os indígenas passaram a ter direito a uma educação específica, diferenciada e intercultural, conforme os princípios do Artigo 231 e de acordo com previsto nos Artigos 210 (*O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*).

O texto constitucional rompeu, portanto, com a política integracionista de homogeneização cultural e étnica e estabeleceu um novo paradigma com base no pluralismo cultural, no qual se insere o direito a uma educação escolar específica. Garante o respeito aos seus processos próprios de aprendizagem, inclusive assegurando que o ensino seja feito na língua materna dos índios, como meio de comunicação e aprendizagem.

Com a Lei de Diretrizes e Bases, nº. 9.394, de 1996, definiu-se como dever do Estado – com a colaboração do Ministério da Cultura e órgão federal indigenista – a oferta de uma educação escolar bilíngüe e intercultural, com o objetivo de fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna dos povos e comunidades indígenas, bem como lhes assegurar o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade não-indígena (Artigo 78).

Para que essa política seja cumprida, a Lei determinou que a União deverá apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da educação intercultural às comunidades indígenas, e determina que haja a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, os quais deverão ser construídos com a participação dos indígenas, com os objetivos de incluídos nos Planos Nacionais de Educação. Sendo que tais programas deverão ter os seguintes objetivos: fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e elaborar e publicar sistematicamente *material didático específico e diferenciado (Artigo 79)*.

A Resolução nº. 03 / CEB-CNE¹, de 10 de novembro de 1999, estabelece “no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica” (artigo 1º). Vale lembrar que a formação e a habilitação dos professores indígenas, inclusive no ensino superior, é um requisito para que se assegure o cumprimento desta Resolução, que inclusive garante a formação específica dos professores indígenas em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

¹ Resolução nº. 03 / CEB-CNE, de 10 de novembro de 1999, que fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

Cabe mencionar também o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi sancionado por meio da Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, e que dispõe de um capítulo específico para a educação escolar indígena. Destacam-se alguns itens importantes, dentre os quais aqueles referentes à formação dos professores indígenas, como por exemplo a meta 16: “estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida”.

Quanto à meta 17, trata mais especificamente da oferta de formação superior, pois estabelece que seja formulado, em dois anos (prazo inclusive já vencido) “um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente”.

A proposta da licenciatura atende ainda à Convenção 169 da OIT, pela qual o Brasil é signatário. Essa convenção assegura aos povos indígenas o direito de adquirir uma educação em todos os níveis, em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional. Diretos consolidados no Decreto nº. 5.051, de 19 de abril de 2005.

3. OBJETIVO

3.1. Geral

- Formar e habilitar professores indígenas, prioritariamente dos povos e comunidades do Amapá e do Norte do Pará, para o magistério na Educação Básica em escolas indígenas.

3.2. Específicos

- Habilitar professores indígenas para o exercício do magistério em escolas indígenas, por meio da conclusão do Curso de Licenciatura plena em Educação Escolar indígena;
- Promover a realização de debates que contribuam com a formulação, implementação ou continuidade de programas de educação escolar indígena intercultural;
- Oferecer apoio e assessoria às discussões referentes aos projetos político-pedagógicos e currículos das escolas indígenas;
- Oferecer aos professores indígenas ferramentas teóricas e práticas para serem, junto a suas comunidades, agentes ativos na defesa dos direitos indígenas, proteção de seus territórios, valorização de seus conhecimentos e defesa de seus interesses;

- Promover a realização de discussões e assessorar os professores indígenas no sentido de desenvolver a prática da gestão participativa nas escolas indígenas;
- Oferecer apoio e assessoria às discussões referentes à proposição, implementação ou aprimoramento de medidas administrativas referentes à gestão e/ou organização das escolas indígenas;
- Debater, com os professores, teorias, metodologias e práticas, para que eles e suas comunidades possam tornar-se construtores, de fato, do projeto político-pedagógico de suas escolas;
- Propiciar aos professores condições para tornarem-se autores de seu material didático, respeitando a realidade sociolingüística da comunidade, bem como a necessidade de novos conhecimentos;
- Habilitar os professores, provendo a eles conhecimento teórico para a construção de metodologia de ensino da língua materna que considere o que a criança já sabe e que lhe ofereça desafios para a aquisição de novos conhecimentos.

4. CAMPO DE TRABALHO

Os habilitados no curso de Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena podem exercer a profissão de professor em escolas de Educação Básicas em áreas indígenas, podendo ser solicitados a desenvolverem, também, atividades conexas em consultorias relacionadas ao ensino nessa área em escolas não indígenas, além de atuarem na parte de gestão e organização da educação escolar indígena.

4.1. PERFIL DO EDUCANDO

Objetiva-se, ainda, que o profissional, egresso do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena possua, como perfil, cultura ampla, curiosidade intelectual, criatividade, domínio do idioma e das áreas dos conhecimentos indispensáveis ao ensino-aprendizagem na área da educação escolar indígena. Desse modo, o egresso deverá apresentar.

- Capacidade para compreender, analisar, interpretar, explicar e contextualizar as informações do mundo em que vive;
- Competência para atuar na área da educação escolar indígena, em condições de produção, ritmo e periodicidade similares às que se encontram no cotidiano da profissão;
- Capacidade de adaptar-se a diferentes situações de trabalho ou atuação;

- Compreensão dos mecanismos envolvidos no processo de ensinar e aprender na sociedade e (re)significar para o campo escolar indígena;
- Posição crítica e independente, no que diz respeito às relações de poder e a todas as mudanças que ocorrem na sociedade;
- Formação ética social e profissional;
- Humanidade diante do real, aliada ao compromisso com a ética e a cidadania;
- Capacidade para criticar, propor, planejar, executar e avaliar, bem como empreender projetos na área de ensino;
- Criatividade na experimentação de novas formas de didatização na educação escolar indígena;
- Capacidade para trabalhar em equipe com profissionais e fontes de informação de qualquer natureza;
- Conhecimento dos aspectos teóricos e metodológicos envolvidos no pensar e no fazer pedagógico, voltados ao campo indígena;
- Capacidade de aplicação do conhecimento sócio-cultural e econômico na atividade de ensino.

4.2. COMPETÊNCIA E HABILIDADE

COMPETÊNCIAS:

- Compreender os direitos indígenas no campo da Educação Escolar Indígena;
- Compreender a mudança de paradigma, a partir da Constituição de 1988 e suas implicações para os direitos dos índios;
- Analisar criticamente os diferentes tipos de currículos;
- Compreender a educação escolar como um processo de construção de conhecimentos.
- Pensar e construir alternativas curriculares para as escolas indígenas.
- Apresentar resultados de pesquisas e propor soluções de problemas.
- Compreender a importância da manutenção de suas culturas;
- Discutir os processos de mudança lingüística em função dos contatos inter-étnico e intercultural;
- Construir projetos de pesquisa voltados às demandas indígenas;
- Discutir a questão da saúde indígena e suas relações com as Agencias financiadora e gestora;

- Construir projetos de pesquisa e extensão voltados às questões de saúde e educação indígenas;
- Compreender os princípios da educação para a diversidade;
- Discutir a inter-relação entre cultura, identidade e educação como processos sócio-historicamente construídos;
- Compreender a legislação e organização do e para o campo da Educação Escolar Indígena;
- Perceber criticamente a realidade das escolas indígenas frente a legislação.
- Discutir as diferentes concepções de Educação Escolar Indígena;
- Discutir os modos de transposição didática e didatização nas diferentes áreas do conhecimento, visando a escolas indígenas;
- Analisar e elaborar materiais didático-pedagógicos nas diferentes produzidos para o ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, (re)significando para o contexto escolar indígena;
- Compreender os modos de geração, coleta de dados, a partir da etnografia escolar;
- Analisar o cotidiano das escolas indígenas e apontar alternativas de intervenção pedagógica;

5. MATRIZ CURRICULAR

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Na formação dos professores indígenas predomina ainda uma pedagogia cujos princípios e métodos estão fundamentados na denominada concepção bancária de ensino conforme a definiu Paulo Freire². Assim, ainda há muito a ser feito e construído, com vistas a uma formação que venha ao encontro da necessidade dos indígenas com relação aos seus projetos de futuros, de autonomia, auto-sustentação e etc. É fundamental que se coloque à disposição dos professores indígenas novas discussões de ensino, de língua, cultura, sociedade, fundamentadas na diversidade cultural e lingüística, pois se trata de garantir as condições para que os docentes indígenas venham a consolidar uma escola que possa constituir-se em um espaço aberto para a construção de possibilidades de desenvolvimento de uma educação pautada na especificidade, diferenciação e interculturalidade.

Os povos, comunidades e organizações indígenas, tanto em nível nacional como no âmbito do Amapá, têm manifestado uma crescente preocupação com a formação de seus professores. Ainda que a educação escolar tenha contribuído para o processo de assimilação destes povos à chamada sociedade ocidental, de negação de suas culturas, não se pode negar o papel que tem de assegurar o acesso a determinados conhecimentos que hoje têm função estratégica para a sustentação e manutenção dos projetos societários dos indígenas, particularmente nas suas relações no conjunto da sociedade brasileira e mesmo externamente.

² FREIRE, 2005: 65-87

Assim, justamente em razão de a educação escolar se apresentar com essas possibilidades – como instrumento de dominação cultural ou como instrumento de libertação – e outras, é fundamental que se tome como ponto de partida da proposta pedagógica do Curso a reflexão crítica acerca do papel da educação escolar, no contexto em que diz lhes diz respeito, ou seja, nas comunidades e povos indígenas no Brasil e, particularmente, no Amapá. Desta maneira, a proposta considera tanto o papel histórico de dominação como as possibilidades em termos de autonomia que estão postas em relação à educação escolar para os indígenas.

Essa questão está intimamente relacionada ao tipo de educação escolar que se pretende assegurar para os indígenas e outros grupos étnicos e culturais no País, pois esses grupos têm sido sistematicamente ignorados/negados pelo sistema de ensino, seja pela ausência de um currículo específico em suas escolas, ou por não serem tratados devidamente no currículo das escolas do País.

Trata-se de um problema que tem relevância para os povos indígenas do Amapá e Norte do Pará, visto que dentre as principais questões levantadas na discussão da formação superior de seus professores se inclui justamente a ausência e/ou precariedade de formação específica destes profissionais no ensino médio, os quais não estariam *treinados* para responder aos problemas e questões sociais que enfrentam as comunidades e povos indígenas da região.

Esse problema, também é identificado no levantamento financiado pelo Ministério da Educação (MEC), no Diagnóstico da Escolarização em Nível Médio dos Povos Indígenas no

Estado do Amapá³. Vale mencionar que a exceção ocorre com os Wajãpi, cujo programa de formação de professores está em funcionamento desde 1992. As demais iniciativas não tiveram continuidade ou se trataram de eventos esporádicos, sem que se tivesse garantido uma formação voltada para atender as necessidades e problemas de seus povos e comunidades.

Uma das questões tratadas com destaque pelos membros indígenas do GT Portaria nº. 895/UNIFAP, de 2003, foi justamente a ausência de política de formação de professores indígenas no âmbito da região de que trata este documento, com sérias implicações para a qualidade do ensino nas escolas indígenas, como por exemplo, não estarem seus professores habilitados para lidar com os problemas cotidianos enfrentados em suas comunidades.

5.2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

5.2.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

O processo de construção da presente proposta se deu com a participação de representantes indígenas que integraram o GT instituído pela UNIFAP em 2003, com a finalidade de definir proposta de acesso à universidade para atender especificamente aos povos e comunidades indígenas. A proposta de Curso, portanto, já foi resultado de uma metodologia de trabalho que priorizou dar voz àqueles que são os maiores interessados na discussão do GT, ou seja, os indígenas.

³ SOUZA, 2004: 18

O planejamento e implementação das ações e atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Curso também deverão ocorrer com a participação indígena, de forma que a experiência vivenciada pelos alunos/professores durante a sua formação seja coerente com este princípio. A participação indígena não deverá estar restrita aos representantes de alunos/professores ou das lideranças, deverá também incluir as comunidades.

Assim, estão previstas ações como assessorias pedagógicas aos professores alunos, que se efetivará por meio de visitas alternadas dos professores formadores às comunidades. Esse procedimento possibilitará uma melhor compreensão das realidades locais, de como funcionam as escolas, de seus problemas e de como são viabilizadas ou não as medidas para solucioná-los. Na ocasião também deverão ser estabelecidos mecanismos no sentido de que a comunidade participe do processo avaliativo do Curso, dos alunos/professores, dos professores formadores e das instituições envolvidas com a implementação do Curso.

O envolvimento das comunidades indígenas viria a completar um processo que se espera também ocorrer na gestão da escola indígena, sem o que a formação dos professores alunos não terá obtido êxito.

Assim, o planejamento conjunto entre professores formadores, professores indígenas, organizações representativas e demais entidades, comunidades indígenas e outros profissionais deverá constituir-se em prioridade no processo de gestão do Curso, devendo inclusive contribuir para a definição de prioridades, discussão de metodologias e estratégias de trabalho, detalhamento dos Temas Contextuais a serem desenvolvidos, bem como da definição do processo de avaliação.

5.2.2. COMPREENSÃO CRÍTICA DA REALIDADE LOCAL

Tanto o princípio como a metodologia do Curso de Licenciatura Indígena está fundamentado no processo participativo que gerou esta proposta, cujas discussões se encaminharam no sentido de que a formação do professor viesse a privilegiar a realidade social dos povos e comunidades indígenas do Amapá e Norte do Pará. Esta postura encontra amparo nas idéias de Paulo Freire⁴, que valoriza a situação presente, existencial, concreta, de modo que se tomou a realidade do aluno professor como referência para a definição da proposta pedagógica, de modo que o aluno desenvolva uma visão de conjunto da sua história e que desenvolva a capacidade de leitura crítica da sua realidade.

As comunidades indígenas possuem uma série de problemas a serem estudados e à espera de soluções práticas para os quais se faz necessária uma compreensão crítica da realidade, inclusive como resultado de estudo sistematizado. Apesar do apoio de pesquisadores que já investigaram questões de ordem mais geral ou específica na área de educação, ressenha-se a ausência de profissionais indígenas capacitados para este fim. Assim, ao invés de ficarem esperando um pesquisador de fora, que muitas vezes não está a disposição para pesquisar aquilo que a comunidade entende como prioritário e premente, os seus próprios membros poderão desenvolver seus projetos, pelo menos nas áreas de atuação relacionadas com a educação escolar indígena.

Assim, a proposta do Curso de Licenciatura está sendo pensada como a interrupção de uma tradição escolar desvinculada da reflexão da realidade local, que faz com que a escola não contribua com a solução dos problemas e dilemas da comunidade, postura

⁴ FREIRE, 2005: p 100-139.

esta que acaba por confirmar a incapacidade das comunidades indígenas e reforçar a dependência externa para a resolução de seus problemas. Isto não significa desprezo pela realidade brasileira e global, mas antes a necessidade de compreensão de sua realidade hoje, para que eles mesmos disponham de quadros técnicos capacitados para resolver de maneira mais autônoma as questões vivenciadas nas suas comunidades, particularmente aquelas relacionadas ao campo educacional.

No caso dos indígenas e de outros grupos étnicos e culturais, essa compreensão crítica da realidade implica inicialmente no reconhecimento da pluralidade da sociedade brasileira e no conseqüente reconhecimento da abordagem educacional que lida com as diferenças culturais, mais particularmente aquela em que trata estas diferenças como produto da vida em sociedade, como resultado das relações humanas, portanto envolvendo relações de poder.

5.2.3. INTERCULTURALIDADE

Ainda que a proposta curricular deste Curso tenha como referência o contexto e os problemas locais, sabe-se que a compreensão crítica desta realidade depende de outros contextos: regionais, nacionais e o global. Não se pode pensar em compreender os contextos locais isoladamente, sem tratar das questões regionais, nacionais e de ordem global que estão por influenciá-los. Assim, a proposta de currículo do Curso pretende tomar como referência as concepções e categorias dos povos e comunidades indígenas envolvidos, inclusive suas diferentes lógicas de pensamento, enquanto estratégias frente à situação de coexistência inter-étnica.

Mas pretende também que se estabeleça o diálogo de concepções, de pontos de vistas, ainda que contraditórios e conflituosos. A interculturalidade pressupõe troca, reciprocidade, solidariedade, entretanto também divergência e conflito, enfim, trata-se de conceber a interculturalidade como interação entre culturas diversas e não como mera convivência pacífica. Vale lembrar que a própria noção de interculturalidade deverá estar sendo reconstruída no desenvolver do presente Curso, em vista de que esta noção vem sendo veiculada a partir de uma visão restrita, tanto na legislação como nas políticas e diretrizes oficiais da educação escolar indígena, acarretando conseqüências teóricas e práticas que merecem ser avaliadas.

Tomando como referência o artigo *A produção social da Identidade e da diferença*⁵, de Tomaz Tadeu da Silva, no qual ele defende uma proposta de estratégia pedagógica e curricular de abordagem da identidade e da diferença, ou seja, aquela em que a “pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questão política. Em seu centro estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção”. Assim, segundo ele, a pergunta crucial a nortear o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: “como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?” Para isso, diz ele “é crucial a adoção de uma teoria que descreva e explique o processo de *produção* da identidade e da diferença”.

Segundo esse autor, “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença” é necessário que a expliquemos nos contextos em que é produzida, visto que, ao contrário da diversidade

⁵ SILVA, 2004: p 99-100.

biológica, que pode ser um produto da natureza, a diversidade cultural é fruto de relações dos homens em sociedade. Desta feita, para Tomaz Tadeu da Silva, uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-la.

O princípio da interculturalidade aqui defendido, portanto, não está restrito ao tratamento dos conhecimentos indígenas no currículo em um mesmo patamar dos da ciência ocidental, ou a defesa de que processo de interação dos diferentes grupos sociais do país seja norteado pelo respeito das diferenças, rejeitando a pretensão da homogeneidade cultural. Mais do que isso, a formação dos professores necessita ter como uma de suas principais preocupações o estudo e a reflexão crítica a respeito do processo histórico de dominação cultural que culminou com a chamada política integracionista dos anos 70-80, bem como das estratégias usadas pelos povos indígenas a fim de resistir ou se contrapor a este processo de dominação.

Assim, a formação superior do professor deverá criar condições para que estes profissionais aprofundem e pesquisem, não somente os múltiplos aspectos da cultura tradicional e de seu território, mas também as questões relacionadas aos processos históricos colonial e pós-colonial. Nesse contexto de estudo e reflexão deve-se privilegiar as questões relacionadas direta ou indiretamente com a educação escolar, por se tratar da área de atuação do professor e também por ser um campo teórico e prático que muito contribuiu

para o processo de dominação cultural, aos quais os povos indígenas foram submetidos na história colonial e pós-colonial, contribuindo para a crise da alteridade desses povos.

5.2.4. TRANSDISCIPLINARIDADE E A PRODUÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS

O desafio teórico e metodológico para a definição do que deve ser a educação indígena específica e diferenciada está além da definição de novos conteúdos curriculares, de calendários próprios e formas de organização e gestão escolar apropriadas, bem como no fortalecimento da relação escola-comunidade. O contexto da formação do professor necessita estimular a criação de novos conceitos e formas de organizar a produção de conhecimentos, sem o que será impossível interromper a continuidade da educação de orientação homogeneizadora, que historicamente tem contribuído para que se mantenham inalteradas as relações de poder entre culturas dominadas e cultura dominante.

Nesse particular, vale fazer menção a Jurjo Torres Santomé⁶, Henry A. Giroux⁷ e a Tomaz Tadeu da Silva⁸, pois algumas de suas idéias muito contribuíram para a elaboração da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura ora proposto, seja com relação aos aspectos que dizem respeito à concepção de educação que reconheça às diferenças culturais, ou no que diz respeito à definição da matriz curricular e organização do curso.

O conteúdo, a ser desenvolvido sob a forma de Temas Contextuais, inter-relaciona diversas experiências teóricas e práticas, de acordo com as especificidades das diferentes áreas e disciplinas que se fizerem necessárias para o desenvolvimento das discussões e atividades referentes ao tema. Deverão ser apresentados produtos finais, como, por exemplo,

⁶ SANTOMÉ, 2003: p159-177.

⁷ GIROUX, 2003: p.85-103

um levantamento de informações, um estudo em forma de diagnóstico, um ensaio ou artigo sobre determinada questão ou problema, um estudo sobre o uso de determinado material didático, ou a proposta de material didático, um estudo com sugestão de medida a ser implementada ou proposta de ferramenta pedagógica, etc.

A seleção dos Temas Contextuais partiu dos interesses e das necessidades específicas das comunidades indígenas participantes, particularmente daqueles que se fizeram presentes nas discussões desta proposta, que identificaram um conjunto de problemas a serem tratados na formação dos professores. Estes temas, portanto, poderão sofrer mudanças no decorrer do processo de formação, fazendo emergir novos conteúdos que não constam no mapa conceitual inicialmente proposto. Em razão disso, os professores formadores do Curso necessitam estar preparados para atender a estas solicitações, que surgirão a partir da definição de um programa de pesquisas direcionado para as questões e problemas vividos pelos povos indígenas presentes no Curso e, também, a partir da construção do espírito investigativo dos alunos.

Uma preocupação presente nas discussões que envolvem a formação de professores indígenas diz respeito justamente ao tratamento fragmentado das questões e problemas que afetam suas comunidades. Sem uma visão holística e crítica da suas realidades o professor estaria sem os instrumentos básicos que lhe facilitaria mediar os problemas que dizem respeito a sua área de atuação. Na direção de uma formação que esteja atenta a esta questão, vale citar a *Carta da Transdisciplinaridade*, particularmente o seu artigo 8º: “Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Ela

⁸ SILVA, 1999 e 2003: p73-102

deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar revaloriza o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos⁹”.

A forma como se organizaram os conteúdos, por meio de Temas Contextuais, deu-se também em decorrência da experiência de formação de professores indígenas, que vem obtendo sucesso e está em andamento desde 2003, na Universidade Federal de Roraima – UFRR, por meio do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena.

5.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.3.1. PERFIL DO CURRÍCULO

O currículo do curso de Licenciatura Indígena está fundamentado na realidade das comunidades indígenas do Amapá e Norte do Amapá e os professores alunos serão formados de modo a responder de forma reflexiva e participativa às demandas e problemas de suas escolas e comunidades. Portanto, a concepção da formação em Licenciaturas deverá adquirir um novo enfoque, tendo como perspectiva a formação de professores de modo a atender às demandas específicas das escolas indígenas.

Entende-se que a escola indígena deve planejar a formação de seus alunos a partir dos projetos específicos de cada comunidade e o professor licenciado deverá estar preparado para exercer a docência nestas escolas. Para tanto, o currículo, em vez de estar organizado pelo tradicional sistema de disciplinas estanques, terá uma abordagem transdisciplinar, que

⁹ D’AMBROSIO, 1994: p. 32.

é relevante para o entendimento das questões locais. Assim, a metodologia busca não somente a valorização dos conhecimentos ancestrais, mas também a pesquisa dos conhecimentos adquiridos pelos povos envolvidos, assim como a compreensão das realidades regional, nacional e global, com as quais as comunidades e povos indígenas interagem.

Os conteúdos das diferentes áreas serão trabalhados simultânea e integradamente, buscando uma relação entre os conhecimentos científicos e o cotidiano das comunidades. A teoria e a prática pedagógica deverão estar integradas ao longo de todo o período de formação do professor, privilegiando uma construção transdisciplinar. As atividades de ensino e de pesquisa deverão, deste modo, incorporar as estratégias pedagógicas dos diferentes campos de conhecimento.

5.3.2. ENSINO E PESQUISA

Pretende-se que a pesquisa seja o principal recurso metodológico de aprendizagem, devendo estar presente no desenvolvimento de todas as atividades do Curso. A investigação é, assim, concebida como parte indispensável do processo de formação do aluno / professor, pois, além de propiciar que se torne um pesquisador de sua própria realidade, tem a vantagem de privilegiar os conhecimentos produzidos pelas comunidades.

Para tanto, faz-se necessário que estes alunos/professores tenham acesso aos métodos de pesquisa e de instrumentos de análise e, sobretudo, que desenvolvam o espírito investigativo. Ao elaborar os projetos de pesquisa e entender a situação vivenciada, o aluno/ professor estará registrando e sistematizando conhecimentos que poderão tanto ser utilizados nas escolas indígenas quanto subsidiar as ações na implementação dos projetos das comunidades.

O Curso terá como preocupação propor atividades que instiguem o aluno/professor a reflexão crítica e a exercitar a habilidade de buscar, comparar, avaliar informações, formular hipóteses e propor resposta às questões levantadas. Ao longo de sua formação, irá construindo o seu trabalho de conclusão de curso, por meio de um processo que terá início no primeiro ano de sua formação, quando os professores docentes darão início à orientação sobre os diferentes gêneros de textos acadêmicos, a respeito de levantamento bibliográfico, sobre os diferentes tipos de pesquisa e suas respectivas escolas e metodologias: pesquisa documental, observação direta e pesquisa experimental. Aos estudarem sobre as diferentes possibilidades de pesquisa, deverão ser capacitados a formular problemas e elaborar projetos de pesquisa na sua área de habilitação: Ciências Sociais, Línguas, Literatura e Artes, e, Ciências Exatas e da Natureza.

5.3.3. ENSINO E EXTENSÃO

O outro recurso metodológico de aprendizagem previsto no projeto é a atividade do professor docente de assessoria pedagógica aos professores alunos e suas respectivas escolas, que se efetivará por meio de oficinas e encontros pedagógicos realizados em comunidades indígenas, ou via acompanhamento de atividades de gestão da educação, seja na área de ensino ou administrativa. Nestes contextos, deverão ser discutidos tantos os problemas e dificuldades como os encaminhamentos e soluções encontradas pelos professores indígenas e comunidades no âmbito da educação escolar.

A atividade de assessoria prestada pelos professores formadores deve estar preferencialmente articulada com a atividade de pesquisa que eles porventura desenvolvam

no âmbito da questão indígena, o que possibilitará ao professor docente uma melhor compreensão da realidade e assessoria de melhor qualidade aos professores alunos. Neste sentido, articulariam-se as três funções básicas da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

É de fundamental importância que o trabalho de assessoria pedagógica seja formulado a partir do primeiro ano letivo de atividade, devido à necessidade de articular as atividades de formação e a realidade das escolas indígenas. A preocupação em romper com a dicotomia entre a teoria e a prática perpassa todos os princípios da presente proposta pedagógica de Curso.

Os professores docentes responsáveis pelas atividades de assessoria deverão proceder ao levantamento das questões e encaminhamentos referentes ao estágio, por meio de discussão com os professores indígenas e consulta junto às comunidades. As 400 horas de estágio curricular supervisionado, a serem realizadas a partir do início da segunda metade do curso, terão formato, atividades e avaliação definidos com a participação dos professores indígenas e suas comunidades, podendo haver diferentes propostas de Estágio Supervisionado, de acordo com o povo ou comunidade indígena.

5.3.4. HABILITAÇÕES

Curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena disponibiliza três diferentes habilitações, a saber: (a) Ciências Humanas; (b) Linguagem e Artes e (c) Ciências da Natureza e Matemática. Alguns Temas Contextuais são comuns a todas as habilitações, bem como os Temas Contextuais Pedagógicos e as atividades de prática de ensino, que serão trabalhadas

ao longo de todo o Curso. A formação pedagógica não está restrita aos Temas Pedagógicos e Prática de Ensino, uma vez que perpassará também os campos específicos das áreas de habilitação.

6. APRESENTAÇÃO DAS MATRIZES CONCEITUAIS DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

6.1. MATRIZ CONCEITUAL: TEMAS CONTEXTUAIS DE FORMAÇÃO GERAL

Carga Horária Presencial: 1.455h
 Carga Horária Vivencial: 400h
 Carga Horária Tutorial: 290h
 Total de C.H. de Formação Geral: 2.145h

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>POVOS INDÍGENAS E A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA</i>	Antropologia História Sociologia Direito Lingüística Ciência Política	1. Política de educação escolar indígena. Direitos dos índios da Colônia à República; 2. A Constituição de 1988 e a Educação Escolar Indígena;	<ul style="list-style-type: none"> Compreender os direitos indígenas no campo da Educação Escolar Indígena; Compreender a mudança de paradigma, a partir da Constituição de 1988 e suas implicações para os direitos dos índios; 	Presenciais: 120h Vivenciais: 40h Tutorias: 20h Total: 180h CR: 12

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</i></p>	<p>Antropologia História Linguística Educação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação e Currículo; 2. Projeto político pedagógico e processos de avaliação; 3. As noções sobre mono, bi e plurilingüismo e o ensino-aprendizagem em escolas indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar criticamente os diferentes tipos de currículos; • Compreender a educação escolar como um processo de construção de conhecimentos. • Pensar e construir alternativas curriculares para as escolas indígenas. • Apresentar resultados de pesquisas e propor soluções de problemas. 	<p>Presenciais: 120h Vivenciais: 40h Tutorias: 20h Total: 180h CR: 12</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p><i>POVOS INDÍGENAS NO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ</i></p>	<p>Antropologia História Sociologia Linguística Ciência Política Antropologia</p>	<p>1. Estudo sobre os povos indígenas do Amapá e Norte do Pará;</p> <p>2. História e Cultura indigenistas e os processos de dominação econômica;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir e compreender o contato dos povos indígenas da região com diferentes grupos sociais; • Compreender a história e a cultura indígenas, a partir da noção de dominação econômica; 	<p>Presenciais: 115h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 165h CR: 11</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO CULTURAL E LINGUISTICA</i></p>	<p>Lingüística Literatura Artes Antropologia Sociologia História Geografia</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo e reflexão sobre a cultura indígena; 2. Estudo sobre as políticas de revitalização das línguas indígenas; 3. Discussão e construção de pesquisas e projetos de revitalização cultural e lingüística; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância da manutenção de suas culturas; • Discutir os processos de mudança lingüística em função dos contatos inter-étnico e inter-cultural; • Construir projetos de pesquisa voltados às demandas indígenas. 	<p>Presenciais: 125h Vivenciais: 50h Tutorias: 20h Total: 195h CR: 13</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
SAÚDE E EDUCAÇÃO INDÍGENA	Medicina Farmácia Biologia Nutrição Antropologia História Geografia Sociologia Educação Letras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo sobre a saúde indígena e sua relação com as mudanças sociais, geográficas e históricas, com ênfase sobre a realidade dos povos indígenas do Amapá. 2. Discussão de políticas de educação e saúde voltadas às demandas indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a questão da saúde indígena e suas relações com as Agencias financiadora e gestora; • Construir projetos de pesquisa e extensão voltados às questões de saúde e educação indígenas. 	Presenciais: 115h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 165h CR: 11

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</i></p>	<p>Educação Direito Antropologia História Sociologia</p>	<p>1. A Legislação e as normas administrativas referentes à Educação Escolar Indígena;</p> <p>2. O campo normativo e as práticas da educação escolar indígena.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a legislação e organização do e para o campo da Educação Escolar Indígena; • Perceber criticamente da realidade das escolas indígenas frente a legislação. • Discutir as diferentes concepções de Educação Escolar Indígena; 	<p>Presenciais: 100h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 150h CR: 10</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>CULTURA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO.</i></p>	<p>Antropologia Sociologia Linguísticas Letras Artes História Geografia Educação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo e discussão sobre os princípios da educação com ênfase sobre a diversidade cultural e identitária e suas implicações na construção de alternativas curriculares para a Educação Escolar Indígena. 2. Discussão sobre as noções de cultura, identidade e educação como processos sócio-historicamente construídos e situados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios da educação para a diversidade; • Discutir a inter-relação entre cultura, identidade e educação como processos sócio-historicamente construídos; 	<p>Presenciais: 100h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 150h CR: 10</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DIDATIZAÇÃO PARA A ESCOLA INDÍGENA I</i>	Educação Comunicação e Artes Ciências Sociais Ciências Exatas e da Natureza	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo sobre os processos de transposição e didatização para as escolas indígenas; 2. Discussão e elaboração de materiais didático-pedagógicos para as escolas indígenas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os modos de transposição didática e didatização nas diferentes áreas do conhecimento, visando a escolas indígenas; • Analisar e elaborar materiais didático-pedagógicos nas diferentes produzidos para o ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, (re)significando para o contexto escolar indígena. 	Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>PRÁTICA DE ENSINO I</i></p>	<p>Educação Comunicação e Artes Ciências Sociais Ciências Exatas e da Natureza</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo dos modos de geração e coleta de dados para análise da realidade escolar indígena, a partir da etnografia escolar. 2. Estudo das problemáticas que envolvem o cotidiano das escolas indígenas, através da pesquisa-ação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os modos de geração, coleta de dados, a partir da etnografia escolar; • Analisar o cotidiano das escolas indígenas e apontar alternativas de intervenção pedagógica; 	<p>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCENCIA I</i></p>	<p>Educação Comunicação e Artes Ciências Sociais Ciências Exatas e da Natureza</p>	<p>1. Realização de atividades docentes em sala de aula de escolas indígenas, com os materiais didático-pedagógicos construídos no tema contextual Didatização para a escola indígena I.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Didatizar , em nível de sala de aula, levando em consideração a realidade da própria sala de aula do cursista. 	<p>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p><i>ATIVIDADES ARTISTICO-CULTURAIS</i></p>	<p>Educação Comunicação e Artes Ciências Sociais Ciências Exatas e da Natureza</p>	<p>1. Participação em atividades acadêmicas, seminários, palestras, etc..</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar resultados de atividades realizadas durante o curso. 	<p>Presenciais: 210h CR: 14</p>

6.2. MATRIZ CONCEITUAL: LINGUAGEM E ARTES

Carga Horária Presencial: 1.125h
 Carga Horária Vivencial: 370h
 Carga Horária Tutorial: 200h
 Total de C.H. de Formação em LA: 1.695h

<i>TEMA CONTEXTUAL</i>	<i>CONJUNTO DE CONHECIMENTOS</i>	<i>MAPA CONCEITUAL MÍNIMO</i>	<i>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
<i>DIVERSIDADE DE LINGUAGENS E POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS</i>	<i>Lingüística Antropologia Sociologia Artes Literatura</i>	<ol style="list-style-type: none"> <i>1. Estudos da diversidade de linguagens nas culturas indígenas e seus impactos na Educação Escolar Indígena;</i> <i>2. Discussão sobre as políticas linguísticas voltadas às línguas indígenas.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>• Compreender a diversidade de línguas na cultura indígena, a partir de diferentes perspectivas;</i> <i>• Analisar as políticas linguísticas e seus impactos na Educação Escolar indígena.</i> 	<p><i>Presenciais: 100h Vivenciais: 30h Tutoriais: 20h Total: 150h CR: 10</i></p>

<i>TEMA CONTEXTUAL</i>	<i>CONJUNTO DE CONHECIMENTOS</i>	<i>MAPA CONCEITUAL MÍNIMO</i>	<i>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
<p><i>DESCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE LÍNGUAS</i></p>	<p><i>Lingüística</i> <i>Ciências Sociais</i> <i>Artes</i> <i>Literatura</i></p>	<p><i>1. Estudos de aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos das línguas indígenas;</i></p> <p><i>2. Comparação de línguas;</i></p> <p><i>3. Metodologias de ensino e de revitalização de Línguas Indígenas.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <i>• Analisar os níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático das línguas indígenas e da língua portuguesa;</i> <i>• Valorizar as línguas indígenas em contexto escolar.</i> 	<p><i>Presenciais: 220h</i> <i>Vivenciais: 75h</i> <i>Tutorias: 20h</i> <i>Total: 315h</i> <i>CR: 21</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	Lingüística Ciências Sociais Artes Literatura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo sobre a linguagem verbal: oral e escrita. 2. Estudos sobre a linguagem não-verbal: simbólica, musical, cênica, pictórica, corporal, etc. 3. Gêneros do discurso das diferentes esferas sociais: religiosa, cotidiana, artística, 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as diferentes formas de manifestação da linguagem; • Identificar as diferentes formas de linguagem como manifestações culturais; • Estabelecer relações entre os elementos lingüísticos e a construção identitária nos discursos próprios e de outros; • Compreender e elaborar gêneros textuais/discursivos variados. 	Presenciais: 220h Vivenciais: 75h Tutorias: 20h Total: 315h CR: 15

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
ARTES, CULTURA E SOCIEDADE	<i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estudo sobre Arte e cultura e sua relação com a sociedade;</i> 2. <i>Discussão sobre cultura e sociedade;</i> 3. <i>Diversidade Cultural e lingüística dos índios do Amapá e do Norte do Pará;</i> 4. <i>Fronteiras imaginadas nas artes, cultura, e sociedade: estereótipos;</i> 5. <i>A construção da imagem do índio em discursos indígenas e não-indígenas;</i> 6. <i>O papel da arte na cultura indígena;</i> 7. <i>A arte como esfera de criação e sua relação com gênero.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Refletir sobre as relações de contato e dialógicas entre sociedades indígenas e não-indígenas;</i> 	<p><i>Presenciais: 115h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 165h CR: 11</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DIALOGIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS LINGUAGENS</i>	<i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estudo sobre a dialogia e interpretação das linguagens artística, literária, especializadas e não-especializadas;</i> 2. <i>Expressões artísticas;</i> 3. <i>Concepções indígenas de Artes;</i> 4. <i>Funções da Artes nas culturas indígenas;</i> 5. <i>Indústria e cultura de massificação;</i> 6. <i>Arte como processo de construção de valores culturais;</i> 7. <i>Mudança Social e (re)criação artística..</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Valorizar a arte indígena na Educação Escolar Indígena.</i> 	<p><i>Presenciais: 115h</i></p> <p><i>Vivenciais: 30h</i></p> <p><i>Tutorias: 20h</i></p> <p><i>Total: 165h</i></p> <p><i>CR: 11</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>CRIAÇÃO ARTÍSTICA</i>	<i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i>	<i>1. Estudo sobre a (re)produção de discursos artísticos (artesanato, pintura, escultura, ect), cotidiano (conversas familiares, fofocas, ect) e especializados (músicas, conlhelhos, etc;).</i>	<ul style="list-style-type: none"> <i>Valorizar a estética e economicamente as produções atísticas e tecnicas da arte indígena.</i> 	<i>Presenciais: 115h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 165h CR: 11</i>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DIDATIZAÇÃO PARA ESCOLAS INDÍGENAS II</i>	<i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estudo sobre os processos de transposição e didatização para as escolas indígenas no tema contextual Linguagens e Artes;</i> 2. <i>Discussão e elaboração de materiais didático-pedagógicos para as escolas indígenas na área da linguagem e da Arte.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Discutir os modos de transposição didática e didatização nas diferentes áreas do conhecimento, visando a escolas indígenas;</i> • <i>Analisar e elaborar materiais didático-pedagógicos nas diferentes produzidos para o ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, (re)significando para o contexto escolar indígena.</i> 	<i>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</i>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCENCIA II</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i></p>	<p>1. Realização de atividades docentes em sala de aula de escolas indígenas, com os materiais didático-pedagógicos construídos no tema contextual Didatização para a escola indígena II.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Didatizar , em nível de sala de aula, levando em consideração a realidade da própria sala de aula do cursista. 	<p>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</p>

6.3. MATRIZ CONCEITUAL: CIÊNCIAS SOCIAIS

Carga Horária Presencial: 1.215h
 Carga Horária Vivencial: 310h
 Carga Horária Tutorial: 170h
 Total de C.H. de Formação Geral: 1.695h

<i>TEMA CONTEXTUAL</i>	<i>CONJUNTO DE CONHECIMENTOS</i>	<i>MAPA CONCEITUAL MÍNIMO</i>	<i>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	História Antropologia Geografia Arqueologia Filosofia Teologia Cartografia Artes Literatura	<ol style="list-style-type: none"> 1. A construção das Ciências Sociais: <ul style="list-style-type: none"> • Epistemologia; • Cultura e ideologia; • História oral e escrita. 2. A construção e transmissão de conhecimentos e identidades nas sociedades indígenas; 3. Teorias indígenas sobre a origem do homem no Amapá 4. Povos indígenas e diversidade cultural nas Américas; 5. Formação Geológicas das Américas; Eurpopa e os conflitos indígenas na América Indígena e outros continentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a diversidade cultural; • Analisar criticamente a origem do homem; • Pesquisar e manejar fontes e fazer leituras de mapas; • Analisar as políticas lingüísticas e seus impactos na Educação Escolar indígena. • Refletir criticamente sobre a história dos povos indígenas; • Discutir alternativas para produção de materiais didático-pedagógicos. 	Presenciais: 100h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 150h CR: 10

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p><i>POVOS INDÍGENAS NO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ</i></p>	<p><i>História Antropologia Geografia Arqueologia Filosofia Ciência Política Cartografia Artes Literatura Direito Biologia</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>História dos povos indígenas no Amapá e Norte do Pará;</i> 2. <i>Espaços geográficos e diferenças culturais no Amapá e Norte do Pará;</i> 3. <i>Povos indígenas e fronteiras nacionais;</i> 4. <i>Formação do Amapá e identidade regional;</i> 5. <i>Sítios arqueológicos no Amapá;</i> 6. <i>Povos indígenas locais e sua organização interna:</i> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Relações entre gerações: história oral;</i> • <i>Relações de gênero: preconceitos, discriminações, racismo e subjetividades;</i> • <i>Autoridade, poder e legitimidade na concepção dos povos indígenas locais.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Refletir criticamente sobre a história dos povos indígenas no Amapá e no Norte do Pará;</i> • <i>Ampliar os espaços de discussão nas organizações e na comunidade;</i> • <i>Apropriar-se de técnicas que favoreçam discussões sobre temas subjetivos;</i> 	<p><i>Presenciais: 100h Vivenciais: 30h Tutorias: 20h Total: 150h CR: 10</i></p>

<i>TEMA CONTEXTUAL</i>	<i>CONJUNTO DE CONHECIMENTOS</i>	<i>MAPA CONCEITUAL MÍNIMO</i>	<i>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
<p><i>PROJETOS ECONOMICOS EM TERRAS INDÍGENAS</i></p>	<p><i>História</i> <i>Antropologia</i> <i>Geografia</i> <i>Arqueologia</i> <i>Agronomia</i> <i>Ecologia</i> <i>Cartografia</i> <i>Economia</i> <i>Artes</i></p>	<p><i>1. Modelos de desenvolvimento;</i> <i>2. Projetos de desenvolvimento em turismo, artesanato, etc.</i> <i>3. Terras Indígenas no Amapá: legislação e demarcação;</i> <i>4. Agencias de financiamentos e novos modelos de desenvolvimento;</i> <i>5. projetos governamentais e cooperação internacional;</i> <i>6. Ministério do meio ambiente e políticas de fianciamento de projetos em terras indígenas;</i> <i>7. Biodiversidade e patenteamento: discussão no moviemento indígena; projetos e legislação sobre a temática.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <i>• Analisar criticamente os projetos das comunidades;</i> <i>• Discutir as políticas publicas nesse campo;</i> <i>• Valorizar o patrimônio cultural e os recursos naturais;</i> 	<p><i>Presenciais: 215h</i> <i>Vivenciais: 50h</i> <i>Tutorias: 20h</i> <i>Total: 285h</i> <i>CR: 19</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	<p><i>Antropologia</i></p> <p><i>Nutrição</i></p> <p><i>Medicina</i></p> <p><i>Biologia</i></p> <p><i>Agronomia</i></p> <p><i>Ecologia</i></p> <p><i>Economia</i></p> <p><i>Ciências Naturais</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>autosustentação e produção de alimentos;</i> 2. <i>Problemas ambientais em áreas indígenas;</i> 3. <i>Políticas e projetos implementados junto às comunidades indígenas no decorrer do século XX;</i> 4. <i>alternativas de desenvolvimento de acordo com a realidade cultural e interesses indígenas;</i> 5. <i>políticas públicas de saúde;</i> 6. <i>conexões de saúde e doenças;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fazer diagnóstico dos recursos naturais e produtivos;</i> • <i>Analisar os projetos de preservação ambiental;</i> • <i>Propor implementação de projetos autosustentáveis nas comunidades indígenas;</i> 	<p><i>Presenciais: 215h</i></p> <p><i>Vivenciais: 50h</i></p> <p><i>Tutorias: 20h</i></p> <p><i>Total: 285h</i></p> <p><i>CR: 19</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE</i>	<i>Antropologia Nutrição Medicina Biologia Agronomia Ecologia Economia Ciências Naturais</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estudo e discussão da questão ambiental a partir da perspectiva da autonomia dos povos indígenas;</i> 2. <i>Problemas ambientais em áreas indígenas;</i> 3. <i>alternativas de desenvolvimento de acordo com a realidade cultural e interesses indígenas.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Analisar criticamente a questão ambiental em terras indígenas;</i> • <i>Analisar os projetos de preservação ambiental;</i> • <i>Propor implementação de projetos autosustentáveis nas comunidades indígenas;</i> 	<p><i>Presenciais: 215h</i></p> <p><i>Vivenciais: 50h</i></p> <p><i>Tutorias: 20h</i></p> <p><i>Total: 285h</i></p> <p><i>CR: 19</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DIDATIZAÇÃO PARA ESCOLAS INDÍGENAS II</i>	<i>História Geografia Sociologia Antropologia Filosofia Educação</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estudo sobre os processos de transposição e didatização para as escolas indígenas no tema Ciências Sociais;</i> 2. <i>Discussão e elaboração de materiais didático-pedagógicos para as escolas indígenas na área das Ciências Sociais.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Discutir os modos de transposição didática e didatização nas diferentes áreas do conhecimento, visando a escolas indígenas;</i> • <i>Analisar e elaborar materiais didático-pedagógicos nas diferentes produzidos para o ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, (re)significando para o contexto escolar indígena.</i> 	<i>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</i>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCENCIA II</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>Ciências Sociais Linguagem Artes Literatura</i></p>	<p style="text-align: center;">1. Realização de atividades docentes em sala de aula de escolas indígenas, com os materiais didático-pedagógicos construídos no tema contextual Didatização para a escola indígena II.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Didatizar , em nível de sala de aula, levando em consideração a realidade da própria sala de aula do cursista. 	<p style="text-align: right;"><i>Presenciais: 215h Vivenciais: 50h Tutorias: 20h Total: 285h CR: 19</i></p>

6.4. MATRIZ CONCEITUAL: CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA

Carga Horária Presencial: 1.220h
 Carga Horária Vivencial: 380h
 Carga Horária Tutorial: 200h
 Total de C.H. de Formação em EN: 1.800h

<i>TEMA CONTEXTUAL</i>	<i>CONJUNTO DE CONHECIMENTOS</i>	<i>MAPA CONCEITUAL MÍNIMO</i>	<i>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
<i>CONCEITOS BÁSICOS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA</i>	<i>Matemática Geografia Biologia Física Química</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Discussão a respeito das diferentes ciências que estudam a natureza; estudo de seus conceitos básicos, das formas que estes podem ser aplicados;</i> 2. <i>Reflexão das situações de ensino dessas ciências.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Conhecer como as diferentes Ciências estudam a natureza;</i> • <i>Discutir alternativas para produção de materiais didático-pedagógicos.</i> 	<p><i>Presenciais: 215h Vivenciais: 50h Tutorias: 20h Total: 285h CR: 19</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
FENOMENOS NATURAIS	<p><i>Antropologia</i></p> <p><i>Sociologia</i></p> <p><i>Matemática</i></p> <p><i>Geografia</i></p> <p><i>Biologia</i></p> <p><i>Física</i></p> <p><i>Química</i></p>	<p>1. <i>Estudo sobre a formação e composição da terra , dos diferentes fenômenos naturais e de sua relação com a ação humana;</i></p> <p>2. <i>As consequências da ação humana nos usos dos territórios dos povos e comunidades indígenas.;</i></p> <p>3. <i>Reflexão das situações de ensino dessas ciências.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Analisar a formação e composição da terra;</i> • <i>Compreender diferentes fenômenos sociais;</i> • <i>Discutir alternativas para produção de materiais didático-pedagógicos.</i> 	<p><i>Presenciais: 100h</i></p> <p><i>Vivenciais: 30h</i></p> <p><i>Tutorias: 20h</i></p> <p><i>Total: 150h</i></p> <p><i>CR: 10</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p><i>POLÍTICAS AMBIENTAIS E TERRAS INDÍGENAS</i></p>	<p><i>Antropologia Sociologia Matemática Geografia Biologia Física Química</i></p>	<p><i>1. Estudo sobre a formação e composição da terra , dos diferentes fenômenos naturais e de sua relação com a ação humana;</i></p> <p><i>2. As consequências da ação humana nos usos dos territórios dos povos e comunidades indígenas.;</i></p> <p><i>3. Reflexão das situações de ensino dessas ciências.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <i>• Analisar a formação e composição da terra;</i> <i>• Compreender diferentes fenômenos sociais;</i> <i>• Discutir alternativas para produção de materiais didático-pedagógicos.</i> 	<p><i>Presenciais: 215h Vivenciais: 50h Tutorias: 20h Total: 285h CR: 19</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
QUALIDADE DE VIDA	<p>Antropologia</p> <p>Sociologia</p> <p>Medicina</p> <p>Nutrição</p> <p>Matemática</p> <p>Geografia</p> <p>Biologia</p> <p>Física</p> <p>Química</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à estatística; 2. Alcoolismo; 3. Ebdemias tropicais; 4. DST/AIDS 5. Transformações do espaço geográfico e doenças; 6. Utilização da cartografia na compreensão da distribuição das doenças; 7. Nutrição; 8. Doenças infecto-contagiosas; 9. Contaminação da água; 10. Higiene Pessoal; 11. Mudanças no Corpo Humano (ritos de passagem) 12. Concepções indígenas sobre saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer representações gráficas de quantidade; • Identificar critérios que definam a qualidade de vida; • Conhecer as diferentes abordagens conceituais relativas à saúde e a doença; • Reconhecer a importância da higiene pessoal na prevenção de doenças 	<p>Presenciais: 215h</p> <p>Vivenciais: 50h</p> <p>Tutorias: 20h</p> <p>Total: 285h</p> <p>CR: 19</p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>USOS AMBIENTAIS E QUALIDADE DE VIDA</i>	<i>Biologia Geografia Química Física Matemática Agronomia Direito Antropologia</i>	<i>1. Bens Renováveis e não-renováveis; 2. Agricultura familiar; 3. Agricultura intensiva 4. Legislação dos usos dos recursos naturais; 5. Agro-pecuária, bovinocultura, suinocultura, etc.; 6. Tratamento de rejeitos e resíduos; 7. Uso da flora</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Conhecer a legislação ambiental;</i> • <i>Conhecer e discutir as diferentes racionalidades do uso dos bens renováveis e não renováveis;</i> • <i>Trabalhar a auto-sustentabilidade para uma melhor qualidade de vida;</i> • <i>Aplicar a matemática às questões ambientais.</i> • <i>Discutir alternativas para produção de materiais didático-pedagógicos.</i> 	<i>Presenciais: 215h Vivenciais: 50h Tutorias: 20h Total: 285h CR: 19</i>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<i>DIDATIZAÇÃO PARA ESCOLAS INDÍGENAS II</i>	<i>Matemática Física Biologia Química Estatística Geografia Educação</i>	<p>1. <i>Estudo sobre os processos de transposição e didatização para as escolas indígenas no tema Ciências Exatas e Naturais;</i></p> <p>2. <i>Discussão e elaboração de materiais didático-pedagógicos para as escolas indígenas na área das Ciências Exatas e da Natureza.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <i>Discutir os modos de transposição didática e didatização nas diferentes áreas do conhecimento, visando a escolas indígenas;</i> <i>Analisar e elaborar materiais didático-pedagógicos nas diferentes produzidos para o ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, (re)significando para o contexto escolar indígena.</i> 	<p><i>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</i></p>

TEMA CONTEXTUAL	CONJUNTO DE CONHECIMENTOS	MAPA CONCEITUAL MÍNIMO	COMETÊNCIAS E HABILIDADES	CARGA HORÁRIA
<p style="text-align: center;"><i>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCENCIA II</i></p>	<p><i>Matemática Física Biologia Química Estatística Geografia Educação</i></p>	<p>1. Realização de atividades docentes em sala de aula de escolas indígenas, com os materiais didático-pedagógicos construídos no tema contextual Didatização para a escola indígena II.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Didatizar, em nível de sala de aula, levando em consideração a realidade da própria sala de aula do cursista. 	<p>Presenciais: 155h Vivenciais: 50h Tutorias: 50h Total: 255h CR: 17</p>

7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

7.1. A AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Esta avaliação terá como foco as instituições envolvidas com a oferta do Curso, far-se-á de forma continuada e estará a cargo da Coordenação do Cursos de Licenciatura Indígena. Envolverá ainda os relatórios dos professores docentes (do quadro de pessoal da UNIFAP ou convidados), dos professores alunos e os comentários e críticas das comunidades indígenas.

7.2. AVALIAÇÃO DO PROFESSOR ALUNO

Esta avaliação far-se-á como parte do processo de formação global do professor aluno, propiciará a revisão dos conhecimentos construídos e a identificação dos que ainda devem ser melhor aprofundados, bem como a sua aplicabilidade nas escolas indígenas. No processo de implementação do Curso deverão ser discutidas e propostas as formas de avaliação que possibilitem ao professor aluno acompanhar seu aprendizado e ter consciência dos avanços que realizou e das dificuldades que deve superar.

É recomendável que a discussão sobre as alternativas de avaliação a serem adotadas no Curso sejam realizadas de modo a estimular que esta discussão ocorra também em relação ao tipo de avaliação adotado nas escolas indígenas. Portanto, deve-se começar a investigar neste momento se os processos de avaliação utilizados pelas escolas são adequados aos padrões culturais e cognitivos da comunidade onde está situada a escola. Neste contexto poderão ser elaboradas formas de avaliação coletiva e individual, de caráter reflexivo, que estimulem as relações de ensino e aprendizagem, ao invés de reproduzirem de

forma uniforme os modelos classificatórios e eliminatórios que levam à evasão e ao fracasso escolar já conhecido no sistema de ensino nacional.

7.3. AVALIAÇÃO DO PROFESSOR FORMADOR

Esta avaliação far-se-á como parte do processo de formação do professor docente, que também estará sendo formado com o desenrolar do Curso, portanto revendo seus conhecimentos e identificando os conhecimentos que ainda devem ser aprofundados. Os docentes que irão trabalhar no Curso devem necessariamente conhecer e discutir a presente proposta pedagógica. Para tanto, devem estar constantemente dispostos a redimensionar sua prática, a compartilhar e a adequar o planejamento às necessidades dos seus alunos. O professor formador deve, enfim, possuir embasamento teórico suficiente para estimular e organizar um ambiente de aprendizagem coerente com as necessidades da proposta.

8. CONCLUSÕES

Além da formação e habilitação de professores para o magistério na Educação Básica, objetivo central da proposta, espera-se que o profissional formado tenha conhecimentos básicos para atuar como pesquisador em sua comunidade. O professor que se pretende formar deve poder exercitar a docência na Educação Básica, assim como ser um profissional capacitado para recriar e transformar sua realidade, em conformidade com seus alunos e com a sua comunidade.

A proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Indígena se configura também como um projeto político, uma vez que busca responder às perspectivas das comunidades envolvidas. Por isso, as áreas de conhecimentos têm um caráter transdisciplinar e os conteúdos são adequados ao atendimento das necessidades vigentes.

A qualidade do ensino nas escolas indígenas depende em grande parte do processo de formação diferenciada de seus professores, de forma a atender a realidade específica em que se inserem, assim como pelo seu próprio esforço por construir novos conhecimentos. Este empreendimento só será efetivado se os professores trilharem um caminho coletivo de formação, se houver uma articulação determinada entre a formação e a melhoria do ensino nas escolas indígenas e, também, se estabelecer uma no Curso, com a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas da região.

Nesse sentido, o curso pretende ser um espaço não só para que o professor aluno desenvolva habilidades e competências para atuar em educação diferenciada e intercultural, mas que estimule a pesquisa e a produção de materiais didático-pedagógicos específicos para

essa realidade, que promova sua participação ativa nos projetos comunitários e, enfim, ofereça-lhe um forte estímulo para se tornar um agente promotor da reflexão sobre o processo histórico que vivem sua comunidade e seu povo.

BIBLIOGRAFIA

- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. (Artigos 20, 22, 48, 49, 109, 129, 176, 210, 215, 231, 232)
- BRASIL. *Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004* – promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 14, de 14 de setembro de 1999* – estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara Plena (CP). *Resolução nº 01 / CP-CNE, de 18, de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, de Licenciatura, de graduação plena*.
- ____. Câmara Plena (CP). *Resolução nº 02 / CP-CNE, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior*.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Resolução nº 03 / CEB-CNE, de 10 de novembro de 1999, que fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas*.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). *Referenciais para Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC / SEF, 2002.
- CREMA, Roberto. Além das disciplinas: reflexões sobre transdisciplinaridade geral. In: WEIL, Pierre, D'AMBROSIO, Ubiratan, CREMA, Roberto. *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. 3ªed. São Paulo: Summus, 1993.
- D'AMBROSIO, Ubiratan (Org.) *Declarações dos Fóruns de Ciência da Unesco: Veneza, Vancouver, Belém; carta da transdisciplinaridade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- D'AMBROSIO, Ubiratan, A transdisciplinaridade como acesso a uma história holística. In: WEIL, Pierre, D'AMBROSIO, Ubiratan, CREMA, Roberto. *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. 3ªed. São Paulo: Summus, 1993.

DEMO, Pedro. *A nova LDB; ranços e avanços*. 13^a.ed. Campinas: Papirus, 2002. .

FRANCHETTO, Bruna. Sobre discursos e práticas na educação escolar indígena. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. & BARROSO-HOFFMANN, Maria. (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 17^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 40^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FOLHA DO AMAPÁ, ANO 11, N. 205, 2002.

GIESTA, Nágila Carpolíngua. *Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?*. Araraquara: JM Editora, 2001.

GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Alienígena da sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Nilma Lino ; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino ; SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Das leis para a prática: impasses e persistências no campo a educação escolar indígena. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*. Barra do Bugres [UNEMAT], vol. 3, n° 1, p. 69-76, jan-jun, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista IN: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (Orgs.). *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

MAGALHÃES, Edvard (Org.). *Legislação indigenista e normas correlatas*. Brasília: FUNAI/ DEDOC, 2002.

MARÉS, Carlos Frederico de Souza. As novas questões jurídicas nas relações dos estados nacionais com os índios. IN: LIMA, Antônio Carlos de Souza ; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (Orgs.). *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e (Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. A perspectiva multicultural no projeto político pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. *Escola: espaço do projeto político pedagógico*. 200p.

ROCHA, Leandro Mendes. *Política indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia: UFG, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Alienígena da sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da Identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Rosa Helena Dias da. O Estado brasileiro e a educação (escolar) indígena: um olhar sobre o Plano Nacional da Educação.

SOUZA, Helder Rocha. *Diagnóstico da Escolarização em Nível Médio dos Povos Indígenas no Estado do Amapá – Documento 1*. Brasília: MEC, 2004.

SOUZA, Isabel Porto de. & FLEURI, Reinaldo Matias. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Porto Alegre: DP&A, 2003.

VALENTE, Ana Lúcia. *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

WEIL, Pierre. Axiomática transdisciplinar para um novo paradigma holístico. In: WEIL, Pierre, D'AMBROSIO, Ubiratan, CREMA, Roberto. *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. 3ªed. São Paulo: Summus, 1993.